

RECOMENDAÇÃO N. 07

Referência: Inquérito Civil nº ____/2013

**Ementa: Dificuldade de acesso à escola
_____ decorrente de falha na
prestação do serviço de transporte
público no **Município/Estado de**
_____. Violação do disposto
nos artigos 206, I e 208, VII da
Constituição Federal e artigos 4º, VIII,
10, VII e 11, VI da Lei 9394/96 (LDB).
Violação do direito fundamental à
educação dos alunos da educação
básica do Município de
_____. **Illegalidade**
manifesta.**

O Ministério Público _____, através do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, notadamente com fundamento nos artigos 127, *caput* e 129, incisos II e III da Constituição da República c/c artigo 27, II e parágrafo único, IV da Lei 8.625, vem expor o que se segue:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal¹ estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, **com absoluta prioridade**, a efetivação do direito fundamental **à educação**, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (artigo 205 da CRFB/1988), assegurando educação

¹ Artigo 227, *caput* da CRFB/1988.

básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (artigo 208, I da CRFB/1988);

CONSIDERANDO que toda criança e adolescente tem direito à escola pública e gratuita próxima de sua residência;

CONSIDERANDO que, para a plena efetivação do direito à educação, cabe ao ente estatal, no âmbito de sua respectiva competência, oferecer **programas adequados de transporte escolar** aos alunos de sua rede que não residam próximo ao estabelecimento de ensino em que estejam matriculados, de forma a ser assegurada igualdade de condições de acesso e permanência na escola a todos os educandos, nos termos dos artigos 206, I e 208, VII, da Constituição da República e artigo 4º, VIII da Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

CONSIDERANDO que é competência e dever dos Municípios promover o transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino (artigo 11, VI da Lei 9.394/96), atuando, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil, cabendo ao Estado, por seu turno, a mesma obrigação no tocante aos alunos da rede pública estadual de ensino (artigo 211, §1º e 2º da Constituição da República e art. 10, VII da Lei 9.394/96);

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, de forma que o seu não oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, sem a observância de padrões mínimos de qualidade, importa em responsabilização da autoridade competente (artigos 206, VII c/c 208, §1º e 2º da CRFB/1988 e artigos 3º, IX e 4º, I e IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96);

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC, o Estado/Município de _____ vem descumprindo o seu dever de promover, de forma eficiente e integral, o transporte escolar dos alunos da escola _____, infligindo aos estudantes dificuldades de acesso à

escola em virtude de falha na prestação do serviço de transporte público (especificar problema);

CONSIDERANDO que a situação acima narrada afigura-se flagrantemente ilegal, atentando contra o disposto nos artigos 206, I e 208, VII da Constituição Federal, artigos 4º, VIII, 10, VII e 11, VI da Lei 9394/96 (LDB);

RECOMENDA

À Prefeitura Municipal de _____ e à Secretaria Municipal de Educação _____, ante as ilegalidades acima indicadas, o que se segue:

1. **A imediata adoção de providências idôneas à efetivação plena do serviço de transporte escolar gratuito aos estudantes da escola _____**, seja por meio do saneamento das falhas na prestação do serviço de transporte público, que acarretam dificuldades de acesso à referida escola, seja mediante a utilização de veículos próprios para tal mister ou mesmo a terceirização do serviço pelo Município;
2. Ressalte-se que, de acordo com o princípio da autotutela, uma vez atestada determinada ilegalidade ou irregularidade no exercício de suas atividades, a Administração Pública Municipal tem **o dever** de sanar imediatamente a situação de regularidade, sob pena de violação do princípio da legalidade, do qual a autotutela é um de seus principais corolários.
3. Nessa esteira, uma vez científicas a Prefeitura Municipal de _____ e a Secretaria Municipal de Educação, através da presente recomendação, da ilegalidade consistente na existência de dificuldade de acesso à escola _____ decorrente de falha na prestação do serviço

de transporte público, deve ser tal irregularidade prontamente sanada, sob pena dos agentes públicos que se mantiverem inertes incorrerem na prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 10, IX e artigo 11, caput, notadamente os incisos I e II, ambos da Lei 8.429/92.

4. Por derradeiro, insta sublinhar que a presente recomendação tem por objetivo solucionar, de forma amistosa, a grave ilegalidade detectada na irregularidade da prestação do serviço de transporte escolar deste Município, evitando-se, assim, a propositura de desnecessária demanda judicial.

Ante o exposto, à Secretaria:

1. Registre-se em livro próprio;
2. Publique-se e encaminhe-se cópia da presente **RECOMENDAÇÃO** ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de _____, ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação e à Procuradoria Geral do Município para ciência de seu teor e posterior atendimento;
3. Após o cumprimento do item 2, envie-se cópia deste documento, já com a cientificação de seus destinatários, ao Conselho de _____ e ao Conselho Tutelar deste Município.

_____, _____ de _____ de 2013.

Promotor de Justiça